

**Companhia de Tecidos Norte de Minas-
COTEMINAS**

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e
consolidadas acompanhadas do Relatório do Auditor
Independente

2° Trimestre findo em 30 de junho de 2021

Relatório de Revisão sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas

Aos:

Acionistas e Administradores da

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Montes Claros – MG

1. Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Companhia de Tecidos Norte de Minas-COTEMINAS** (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao 2º trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes do período de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1)-Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34-“Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410–Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410-“*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Conclusão sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

4. Outros assuntos

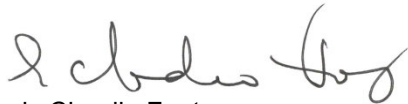
(i) Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA)

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09–Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações dos valores adicionados não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

(ii) Demonstrações contábeis intermediárias do 2º trimestre anterior findo em 30/06/2020 e demonstrações financeiras anuais precedentes do exercício findo em 31/12/2020

Essas demonstrações contábeis e demonstrações anuais do 2º trimestre findo em 30 de junho de 2020 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram revisadas e auditadas por outros auditores independentes, que sobre as quais expressaram uma conclusão e opinião sem ressalvas nos relatórios de auditoria por eles emitidos e datados de 31 de agosto de 2020 e de 29 de março de 2021, respectivamente.

São Paulo, 16 de agosto de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Luiz Claudio Fontes".

Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9 "S" - MG

RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC 2SP-030.002/O-7 "S" - MG

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	279	1.075	187.077	185.467
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	21.297	28.164
Duplicatas a receber	5	-	-	579.002	622.027
Arrendamentos financeiros a receber	12	-	-	15.707	16.230
Estoques	6.a	-	-	550.967	504.009
Adiantamentos a fornecedores	6.b	-	-	43.763	39.434
Impostos a recuperar	21.c	11.854	10.622	103.372	84.570
Valores retidos		-	-	-	20.787
Valores a receber - venda de investimento	8	35.415	33.783	35.415	33.783
Outros créditos a receber		1.877	995	58.593	27.967
Ativos mantidos para venda	29	-	-	119.087	123.718
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		49.425	46.475	1.714.280	1.686.156
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	2.374	2.353	5.970	5.917
Valores a receber – clientes	7	-	-	22.538	25.171
Valores a receber - venda de investimento	8	74.274	70.849	74.274	70.849
Adiantamentos a fornecedores	6.b	-	-	91.613	74.053
Arrendamentos financeiros a receber	12	-	-	90.109	96.659
Impostos a recuperar	21.c	59.360	64.900	190.187	250.096
Impostos diferidos	21.b	-	-	18.978	20.138
Partes relacionadas	20	231.463	211.426	111.758	86.187
Imobilizado disponível para venda	11.b	-	-	16.608	16.725
Depósitos judiciais	22	9.224	9.224	24.895	25.551
Outros créditos e valores a receber		240	240	53.229	69.173
		-----	-----	-----	-----
		376.935	358.992	700.159	740.519
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	9.a	744.680	770.627	-	-
Investimentos em coligadas	9.a	65.073	64.566	66.508	66.078
Propriedades para investimento	10	138.917	138.917	528.720	530.384
Outros investimentos		3.090	3.090	4.828	4.828
Imobilizado	11.a	71.123	73.412	898.035	937.851
Direito de uso	12	-	-	190.265	197.981
Intangível	13	2	2	94.776	97.151
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		1.399.820	1.409.606	2.483.291	2.574.792
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		1.449.245	1.456.081	4.197.571	4.260.948
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	14	188.010	154.586	872.173	866.943
Debêntures	15	-	-	85.734	91.085
Fornecedores	16	1.937	623	318.823	249.354
Obrigações sociais e trabalhistas		1.227	1.291	108.502	109.395
Impostos e taxas		2	-	23.168	40.446
Concessões governamentais	17	-	-	31.946	27.658
Arrendamentos a pagar	18	-	-	60.971	61.922
Outras contas a pagar		5.246	5.691	104.093	64.366
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		196.422	162.191	1.605.410	1.511.169
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	14	123.790	168.271	485.543	597.158
Concessões governamentais	17	-	-	61.347	53.210
Arrendamentos a pagar	18	-	-	260.882	276.552
Partes relacionadas	20	286.781	235.396	-	-
Impostos diferidos	21.b	36.591	37.995	120.532	130.072
Provisões diversas	22	10.366	10.832	24.494	26.350
Planos de aposentadoria e benefícios	23	-	-	122.241	131.703
Outras obrigações		5.794	7.700	91.752	44.095
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		463.322	460.194	1.166.791	1.259.140
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
Capital realizado	19	882.236	882.236	882.236	882.236
Reserva de lucros		209.701	209.701	209.701	209.701
Ajustes de avaliação patrimonial		95.727	95.787	95.727	95.787
Ajustes acumulados de conversão		(36.791)	(39.188)	(36.791)	(39.188)
Prejuízos acumulados		(361.372)	(314.840)	(361.372)	(314.840)
		-----	-----	-----	-----
Total da participação dos acionistas controladores		789.501	833.696	789.501	833.696
		-----	-----	-----	-----
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
	9.b	-	-	635.869	656.943
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		789.501	833.696	1.425.370	1.490.639
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.449.245	1.456.081	4.197.571	4.260.948
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora			
		01.04.2021	01.01.2021	01.04.2020	01.01.2020
		a 30.06.2021	a 30.06.2021	a 30.06.2020	a 30.06.2020
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
Gerais e administrativas		(3.729)	(7.537)	(1.811)	(4.308)
Honorários da administração		(607)	(1.235)	(603)	(1.243)
Equivalência patrimonial	9.a	(15.093)	(28.451)	(36.589)	(115.189)
Outras, líquidas		976	1.914	865	1.798
		-----	-----	-----	-----
		(18.453)	(35.309)	(38.138)	(118.942)
Equivalência patrimonial de coligadas	9.a	(10.829)	507	(8.357)	(11.840)
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL		(29.282)	(34.802)	(46.495)	(130.782)
Despesas financeiras – juros e encargos		(14.749)	(28.573)	(12.716)	(24.834)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(1.515)	(2.798)	(2.291)	(4.123)
Receitas financeiras		9.741	19.368	11.276	20.870
Variações cambiais líquidas		(4.337)	(1.297)	3.537	12.785
		-----	-----	-----	-----
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(40.142)	(48.102)	(46.689)	(126.084)
Provisão para imposto de renda e contribuição social: Diferido	21.a	2.385	1.404	(2.121)	(8.932)
		-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(37.757)	(46.698)	(48.810)	(135.016)
		=====	=====	=====	=====
Equivalência patrimonial proveniente das operações descontinuadas de controlada indireta	29	-	-	(3.114)	(30.174)
		-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(37.757)	(46.698)	(51.924)	(165.190)
		=====	=====	=====	=====
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	28				
Das operações continuadas		(1,2324)	(1,5243)	(1,5932)	(4,4070)
Das operações descontinuadas		-	-	(0,1016)	(0,9849)
		-----	-----	-----	-----
		(1,2324)	(1,5243)	(1,6948)	(5,3919)
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Consolidado			
		01.04.2021	01.01.2021	01.04.2020	01.01.2020
		a	a	a	a
		30.06.2021	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	27	534.417	1.101.747	343.978	758.794
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	26	(372.693)	(757.098)	(234.067)	(529.096)
LUCRO BRUTO		161.724	344.649	109.911	229.698
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	26	(100.102)	(200.856)	(83.245)	(158.016)
Gerais e administrativas	26	(38.699)	(77.220)	(33.234)	(70.051)
Honorários da administração	26	(4.364)	(8.995)	(3.818)	(8.191)
Outras, líquidas		23.057	20.871	(10.992)	(10.614)
		41.616	78.449	(21.378)	(17.174)
Equivalência patrimonial de coligadas	9.a	(11.552)	431	(8.357)	(11.840)
RESULTADO OPERACIONAL		30.064	78.880	(29.735)	(29.014)
Despesas financeiras – juros e encargos		(51.167)	(95.585)	(41.024)	(83.700)
Juros sobre arrendamentos	18	(2.915)	(5.871)	(3.154)	(6.872)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(31.676)	(64.884)	(17.788)	(50.179)
Receitas financeiras		9.977	21.848	12.204	26.392
Variações cambiais líquidas		(1.248)	(2.380)	(592)	(16.205)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(46.965)	(67.992)	(80.089)	(159.578)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	21.a	(5.879)	(8.552)	(142)	(754)
Diferido	21.a	4.004	6.959	937	(74.996)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(48.840)	(69.585)	(79.294)	(235.328)
PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(48.840)	(69.585)	(79.294)	(235.328)
Resultado proveniente das operações descontinuadas de controlada indireta	29	-	-	(5.885)	(57.019)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(48.840)	(69.585)	(85.179)	(292.347)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores					
Nas operações continuadas		(37.757)	(46.698)	(48.810)	(135.016)
Nas operações descontinuadas		-	-	(3.114)	(30.174)
		(37.757)	(46.698)	(51.924)	(165.190)
Participação dos acionistas não-controladores	9.b				
Nas operações continuadas		(11.083)	(22.887)	(30.484)	(100.312)
Nas operações descontinuadas		-	-	(2.771)	(26.845)
		(11.083)	(22.887)	(33.255)	(127.157)
		(48.840)	(69.585)	(85.179)	(292.347)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora			
	01.04.2021	01.01.2021	01.04.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	30.06.2021	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(37.757)	(46.698)	(51.924)	(165.190)
Outros resultados abrangentes-				
- Itens que irão impactar o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	(3.942)	2.397	1.803	28.655
- Itens que não irão impactar o resultado:				
Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	(19)	(7)	3	52
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(41.718)	(44.308)	(50.118)	(136.483)
	Consolidado			
	01.04.2021	01.01.2021	01.04.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	30.06.2021	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(48.840)	(69.585)	(85.179)	(292.347)
Outros resultados abrangentes-				
- Itens que irão impactar o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	(7.567)	4.329	3.097	52.474
- Itens que não irão impactar o resultado:				
Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	(36)	(13)	5	98
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(56.443)	(65.269)	(82.077)	(239.775)
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores				
Operações continuadas	(41.718)	(44.308)	(47.004)	(106.309)
Operações descontinuadas	-	-	(3.114)	(30.174)
Participação dos acionistas não-controladores				
Operações continuadas	(14.725)	(20.961)	(29.188)	(76.447)
Operações descontinuadas	-	-	(2.771)	(26.845)
	(56.443)	(65.269)	(82.077)	(239.775)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de capital Incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	882.236	209.701	98.358	(85.800)	(105.483)	999.012	790.268	1.789.280
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	(182)	-	182	-	-	-
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(165.190)	(165.190)	(127.157)	(292.347)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	1.888	-	1.888	-	1.888
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	26.767	-	26.767	23.819	50.586
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	-	-	52	-	-	52	46	98
Total do resultado abrangente	-	-	52	28.655	(165.190)	(136.483)	(103.292)	(239.775)
Distribuição aos acionistas:								
Dividendos pagos em controladas	-	-	-	-	-	-	(145)	(145)
Total da distribuição aos acionistas	-	-	-	-	-	-	(145)	(145)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	882.236	209.701	98.228	(57.145)	(270.491)	862.529	686.831	1.549.360

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de lucros Incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	882.236	209.701	95.787	(39.188)	(314.840)	833.696	656.943	1.490.639
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	(53)	-	53	-	-	-
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(46.698)	(46.698)	(22.887)	(69.585)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	226	-	226	-	226
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	-	2.171	-	2.171	1.932	4.103
Perda atuarial em planos de aposentadoria	-	-	(7)	-	-	(7)	(6)	(13)
Total do resultado abrangente	-	-	(7)	2.397	(46.698)	(44.308)	(20.961)	(65.269)
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Ganho (perda) de participação reflexa de ações em tesouraria em controladas	-	-	-	-	113	113	(113)	-
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	-	-	-	-	113	113	(113)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	882.236	209.701	95.727	(36.791)	(361.372)	789.501	635.869	1.425.370

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(46.698)	(165.190)	(69.585)	(292.347)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	2.289	10	55.858	50.324
Equivalência patrimonial de controladas	28.451	145.363	-	-
Equivalência patrimonial de coligadas	(507)	11.840	(431)	25.923
Imposto de renda e contribuição social	(1.404)	8.932	1.593	75.750
Resultado na alienação do ativo permanente	-	-	(23.798)	146
Provisão para perdas com investimento em coligada	-	-	-	42.936
Renegociações de arrendamentos	-	-	(1.980)	(4.158)
Variações monetárias	(9.647)	(9.881)	1.731	(6.892)
Variações cambiais	1.297	(12.785)	2.380	16.205
Juros e encargos, líquidos	21.169	17.422	135.210	112.126
Juros sobre arrendamentos	-	-	5.871	6.872
	<u>(5.050)</u>	<u>(4.289)</u>	<u>106.849</u>	<u>26.885</u>
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	(21)	(802)	6.814	126.579
Duplicatas a receber	-	-	16.841	158.029
Estoques	-	-	(50.681)	(43.502)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(4.506)	17.068
Impostos a recuperar	4.308	(234)	41.107	24.963
Valores retidos	-	-	20.787	(10.356)
Fornecedores	1.314	620	72.228	(24.060)
Outros	(1.515)	(1.313)	17.602	26.448
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes de juros e impostos	<u>(964)</u>	<u>(6.018)</u>	<u>227.041</u>	<u>302.054</u>
Juros pagos	(4.568)	(5.227)	(52.760)	(51.957)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(2.344)	(3.586)	(16.394)	(31.248)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(7.709)	(622)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	<u>(7.876)</u>	<u>(14.831)</u>	<u>150.178</u>	<u>218.227</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020	01.01.2021 a 30.06.2021	01.01.2020 a 30.06.2020
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Propriedades para investimentos	-	-	(275)	(593)
Ativo imobilizado	-	(104)	(23.937)	(44.764)
Ativo intangível	-	-	-	(2.644)
Recebimento pela venda de ativo permanente	-	-	19.825	13.955
Empréstimos entre partes relacionadas	21.979	1.229	(19.053)	(23.504)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	21.979	1.125	(23.440)	(57.550)
	-----	-----	-----	-----
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos, líquido de encargos antecipados	28	35.307	155.595	427.751
Liquidação de empréstimos	(14.927)	(22.847)	(264.671)	(527.504)
Liquidação de arrendamentos	-	-	(17.144)	(14.715)
Pagamento de dividendos	-	-	(9)	(178)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(14.899)	12.460	(126.229)	(114.646)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	1.101	363
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(796)	(1.246)	1.610	46.394
	=====	=====	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	1.075	1.630	185.467	165.453
No fim do período	279	384	187.077	211.847
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(796)	(1.246)	1.610	46.394
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2021	01.01.2020	01.01.2021	01.01.2020
	a	a	a	a
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	1.316.824	927.940
Resultado na alienação do imobilizado e investimentos	-	-	23.798	(146)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	1.340.622	927.794
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(564.525)	(403.668)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.156)	(3.311)	(368.100)	(238.086)
	-----	-----	-----	-----
	(2.156)	(3.311)	(932.625)	(641.754)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.156)	(3.311)	407.997	286.040
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(2.289)	(10)	(55.858)	(50.324)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(4.445)	(3.321)	352.139	235.716
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial - controladas	(28.451)	(115.189)	-	-
Equivalência patrimonial - coligadas	507	(11.840)	431	(11.840)
Equivalência patrimonial - operações descontinuadas	-	(30.174)	-	-
Receitas financeiras	19.368	20.870	21.848	26.392
Variação cambial ativa	9.285	60.255	7.889	86.481
Royalties	-	-	9.887	6.064
Resultado proveniente das operações descontinuadas de controlada indireta	-	-	-	(57.019)
	-----	-----	-----	-----
	709	(76.078)	40.055	50.078
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	(3.736)	(79.399)	392.194	285.794
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	1.856	1.692	210.938	178.219
Impostos, taxas e contribuições	1.951	11.795	105.435	190.174
Remuneração de capitais de terceiros	39.155	72.304	145.406	209.748
Remuneração de capitais próprios	(46.698)	(165.190)	(69.585)	(292.347)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	(3.736)	(79.399)	392.194	285.794
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS ("Companhia") é uma companhia aberta, controlada pela Wembley S.A., sediada na avenida Lincoln Alves dos Santos, número 955, em Montes Claros - MG, e tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob os códigos "CTNM3" e "CTNM4".

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. ("SGPSA"), que é controladora da Coteminas S.A. ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. ("SI") respectivamente.

Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A., anteriormente denominada AMMO Varejo Ltda. ("AMMO").

Em março de 2019, a controlada indireta SGUS passou a deter participação na Keeco, LLC, que combinou as operações das duas companhias. No 4º trimestre de 2020, a controlada indireta SGUS disponibilizou para venda essa participação com expectativa de conclusão em 2021.

A Companhia é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense ("CTS"), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de agosto de 2021.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de junho de 2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de

realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda

de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for

menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas e coligadas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas e coligadas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajustes acumulados de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidas dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usinas	15 a 35 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 10 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Direito de uso-- A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com esses ativos reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado (exceto ágio apurado em investimentos). A reversão é reconhecida no resultado do

período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(t) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(u) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(v) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(w) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes acumulados de conversão".

(x) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(y) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e

nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(z) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações contábeis intermediárias, “acionistas controladores” representam todos os acionistas da Companhia e “não controladores” representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c, nº 5, nº 7 e nº 8), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.m e nº 11), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.p, nº 6, nº 11, nº 12 e nº 13), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.l e nº 10), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.t e nº 22), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.q e nº 21), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 24) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros (nota explicativa nº 24.d.5), retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais (notas explicativas nº 2.2.u e nº 23). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

De acordo com os Ofícios Circulares emitidos pela CVM em 2020/2021 e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, revisamos nossas estimativas contábeis relacionadas acima e mencionamos as nossas avaliações nas respectivas notas, quando aplicável, como também, divulgamos nossa avaliação sobre o 1º semestre de 2021 em razão dessa realidade econômica na nota explicativa nº 30.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	30.06.2021	31.12.2020
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	70,47	63,37
O4D Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense	56,52	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA e SGUS, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 77,3% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, para as contas do balanço patrimonial e o resultado foi convertido pelas taxas mensais.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	5,1967	-
30 de junho	5,0022	5,4760	(8,7%)
Taxa média:			
30 de junho (3 meses)	5,2127	5,4431	(4,2%)
30 de junho (6 meses)	5,3902	5,0494	6,8%

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Operações compromissadas (*)	154	288	125.396	125.098
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	18.916	8.529
Depósitos no exterior	-	-	31.230	41.626
Depósitos em contas correntes	125	787	11.535	10.214
	-----	-----	-----	-----
	279	1.075	187.077	185.467
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fundo de investimento - (US\$)	20.795	27.644
Depósito restrito (1)	6.472	6.437
	-----	-----
	27.267	34.081
Circulante	(21.297)	(28.164)
	-----	-----
Não circulante	5.970	5.917
	=====	=====

(1) Em 30 de junho de 2021, a controladora e a controlada SGPSA possuíam respectivamente, R\$2.374 e R\$1.686 de depósitos restritos em instituições financeiras (R\$2.353 e R\$1.671 em 31 de dezembro de 2020), e a controlada indireta SGUS possuía R\$502, equivalente a US\$100 mil (US\$100 mil em 31 de dezembro de 2020) na condição de "Compensating balance arrangement".

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Clientes no mercado interno	520.022	595.156
Clientes no mercado externo	93.677	53.866
Operadoras de cartão de crédito	4.384	12.847
Partes relacionadas		
Mercado interno	6.504	4.182
Mercado externo	1.213	2.918
	-----	-----
	625.800	668.969
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(46.798)	(46.942)
	-----	-----
	579.002	622.027
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 77 dias (97 dias em 31 de dezembro de 2020). O saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Não houve mudança significativa na composição das duplicatas a receber por idade de vencimento durante o período findo em 30 de junho de 2021.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	30.06.2021	31.12.2020
Saldo no início do período	(46.942)	(44.371)
Adições	-	(1.476)
Varição cambial	144	(1.095)
	-----	-----
Saldo no final do período	(46.798)	(46.942)
	=====	=====

6. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Matérias-primas e secundários	120.936	119.698
Produtos em elaboração	134.611	157.360
Produtos acabados	236.915	169.436
Peças de reposição	58.505	57.515
	-----	-----
	550.967	504.009
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas. As controladas operacionais avaliam a realização dos estoques anualmente ou sempre que houver indicativos de prováveis perdas.

Os grupos de estoques de matéria prima, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos.

Em 30 de junho de 2021, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade (inclusive as perdas em função do COVID-19) são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

A movimentação da provisão para perdas consolidada é como segue:

	31.12.2020	(Adições) baixas	Variação cambial	30.06.2021
Matérias-primas e secundários	(2.251)	(618)	399	(2.470)
Produtos acabados	(23)	8	2	(13)
Peças de reposição	(1.162)	-	-	(1.162)
	-----	-----	-----	-----
	(3.436)	(610)	401	(3.645)
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2019	(Adições) baixas	Variação cambial	30.06.2020
Matérias-primas e secundários	(1.667)	(769)	(289)	(2.725)
Produtos em elaboração	(102)	107	(5)	-
Produtos acabados	(3)	(22)	(3)	(28)
Peças de reposição	(1.865)	-	-	(1.865)
	-----	-----	-----	-----
	(3.637)	(684)	(297)	(4.618)
	=====	=====	=====	=====

b. Adiantamentos a fornecedores

Referem-se substancialmente a pagamentos efetuados pela controladora indireta à fornecedores de algodão, repassados para as controladas operacionais a preço de mercado, entre outros adiantamentos, e serão entregues como segue:

Ano	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
2021	43.763	39.434
2022	25.698	49.967
2023	65.915	24.086
	-----	-----
	135.376	113.487
Circulante	(43.763)	(39.434)
	-----	-----
Não circulante	91.613	74.053
	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Clientes com pedido de recuperação judicial (a)	11.389	11.389
Clientes em recuperação judicial (b)	1.484	1.469
Parcelamento de créditos com clientes (c)	3.321	4.301
Financiamento no repasse de lojas (d)	1.961	3.208
Venda de imóveis (e)	48.206	16.165
Outros	1.670	914
	-----	-----
	68.031	37.446
Circulante (*)	(45.493)	(12.275)
	-----	-----
Não circulante	22.538	25.171
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica "Outros créditos a receber" no ativo circulante.

(a) A Lojas Leader S.A. ingressou com o pedido de Recuperação Judicial (RJ) no dia 3 de março de 2020, o qual teve o processamento deferido em 6 de março de 2020. A Leader reconheceu a totalidade dos créditos com a controlada indireta CSA. A administração da controlada indireta CSA aguarda a homologação da RJ e acredita na recuperação da totalidade dos créditos.

(b) Pagamentos semestrais crescentes com correção de 2% a 3% a.a., com vencimento final em dezembro/2027. Em 31 de dezembro de 2020, foi efetuada provisão para perda no valor de R\$2.127.

(c) Pagamento em até 41 parcelas mensais com juros de 1,56% a 1,97% ao mês.

(d) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

(e) Pagamento em até 31 parcelas mensais com juros de 0,5% a 0,7% ao mês e atualização pelo IPCA ou

pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M. Inclui recebível de venda de imóvel da CTS, no valor de R\$28 milhões, liquidado em julho de 2021.

Considerando as informações subsequentes a 30 de junho de 2021, até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

8. VALORES A RECEBER - VENDA DE INVESTIMENTO

Em 2019, a Companhia e sua controlada Oxford Comércio e Participações S.A. venderam a totalidade do capital social da Tropical Agroparticipações S.A.

Os saldos dos valores a receber são conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Valores brutos a receber	137.561	129.918
Ajuste a valor presente (*)	(27.872)	(25.286)
	-----	-----
Total	109.689	104.632
Circulante	(35.415)	(33.783)
	-----	-----
Não circulante	74.274	70.849
	=====	=====

(*) Inclui comissões e despesas da operação de antecipação dos recebíveis.

Recebimento em 3 parcelas anuais com vencimento e remuneração coincidentes com o empréstimo mantido com a SP Investidor IV, LLC, demonstrado na nota explicativa nº14.

Em 30 de junho de 2021, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses recebíveis.

A movimentação dos valores a receber é como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
Saldos no início do período	104.632	87.631
Juros provisionados	8.973	10.954
Variação cambial	(3.916)	31.198
	-----	-----
Saldos no final do período	109.689	129.783
	=====	=====

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do período	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A. (1)	1.044.054	52,92	(65.775)	552.466	585.111	(34.805)	(111.626)
Oxford Comércio e Participações S.A. (2)	234.089	70,47	13.923	164.963	155.062	9.783	(968)
O4D Comércio e Participações S.A.	35.452	63,37	991	22.466	21.838	628	-
Coteminas International Ltd.	(1.412)	100,00	(4.149)	(1.412)	2.785	(4.418)	(2.520)
Companhia Tecidos Santanense	300.760	2,07	17.458	6.225	5.864	361	(73)
Coteminas (Sucursal Argentina)	(28)	100,00	-	(28)	(33)	-	(2)
Total de controladas				744.680	770.627	(28.451)	(115.189)
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A.	85.276	27,50	38.372	23.451	24.697	(1.246)	-
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	136.914	30,40	5.766	41.622	39.869	1.753	(11.840)
Total de coligadas (direto)				65.073	64.566	507	(11.840)
Total Controladora						(27.944)	(127.029)
Investimentos em coligadas (indireto):							
Cantagalo General Grains S.A.	85.276	1,68	38.372	1.436	1.512	(76)	-
Total de coligadas – Consolidado				66.509	66.078	431	(11.840)

(1) O resultado do 1º semestre de 2020 não inclui a parcela descontinuada do resultado de equivalência de R\$30.174. Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações contábeis intermediárias.

(2) Em Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva da Oxford, realizada em 2 de março de 2021, foi aprovada a aquisição de 3.398.204 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão daquela controlada e de titularidade de seus acionistas minoritários, mediante permuta por 9.624.175 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, de propriedade da Oxford e de emissão da Companhia Tecidos Santanense. As ações adquiridas foram contabilizadas na Oxford como “Ações em tesouraria” para posterior cancelamento. A participação da Companhia foi ajustada excluindo as ações em tesouraria.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	30.06.2020
Springs Global Participações S.A.	1.044.054	47,08	(65.775)	491.588	520.637	(30.970)	(99.331)
Oxford Comércio e Participações S.A.	234.089	29,53	13.923	69.126	89.631	4.140	(560)
O4D Comércio e Participações S.A.	35.452	36,63	991	12.986	12.623	363	-
Companhia Tecidos Santanense	300.760	12,02	17.458	62.169	34.052	3.580	(421)
				-----	-----	-----	-----
				635.869	656.943	(22.887)	(100.312)
Total de operações descontinuadas (*)				-	-	-	(26.845)
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				635.869	656.943	(22.887)	(127.157)
				=====	=====	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras.

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
	Ativos circulantes	46.129	99.841	364.070
Ativos não circulantes	357.057	315.917	402.749	393.283
Total dos ativos	403.186	415.758	766.819	682.402
Passivos circulantes	230.165	310.167	405.974	301.424
Passivos não circulantes	87.744	15.783	207.771	232.123
Total dos passivos	317.909	325.950	613.745	533.547
Patrimônio líquido – Controladora	85.276	89.808	136.914	131.148
Receita líquida (6 meses)	-	59.743	432.607	241.863
Lucro (prejuízo) do período – Controladora	38.372	(40.142)	5.766	(38.948)

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda. e CGG Trading S.A.

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- Possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança

do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o período de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa desta coligada, a Companhia concluiu que não há indícios de deterioração ou de não recuperação do seu investimento.

d. Movimentação dos investimentos de controladas e coligadas:

<u>Controladas</u>	Springs Global Participa- ções S.A.	Oxford Comércio e Participa- ções S.A.	O4D Comércio e Participa- ções S.A.	Coteminas Internatio- nal Ltd.	Companhia Tecidos Santanense	Coteminas (Sucursal Argentina)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	585.111	155.062	21.838	2.785	5.864	(33)	770.627
Equivalência patrimonial	(34.805)	9.783	628	(4.418)	361	-	(28.451)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	2.167	5	-	221	-	5	2.398
Ajustes de avaliação patrimonial	(7)	-	-	-	-	-	(7)
Ganho de participação reflexa de ações em tesouraria	-	113	-	-	-	-	113
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2021	552.466	164.963	22.466	(1.412)	6.225	(28)	744.680
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

<u>Controladas</u>	Springs Global Participa- ções S.A.	Oxford Comércio e Participa- ções S.A.	Coteminas Internatio- nal Ltd.	Companhia Tecidos Santanense	Coteminas (Sucursal Argentina)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	733.740	177.730	5.798	5.967	(32)	923.203
Equivalência patrimonial	(141.800)	(968)	(2.520)	(73)	(2)	(145.363)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	26.770	(5)	1.894	-	(4)	28.655
Ajustes de avaliação patrimonial	52	-	-	-	-	52
Dividendos recebidos	-	-	-	(25)	-	(25)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2020	618.762	176.757	5.172	5.869	(38)	806.522
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

<u>Coligadas</u>	Direta		Indireta
	Cantagalo General Grains S.A.	Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	Cantagalo General Grains S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2020		24.697	39.869
Equivalência patrimonial		(1.246)	1.753
		-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2021		23.451	41.622
		=====	=====

<u>Coligadas</u>	Direta	Indireta
	Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	Keeco Holdings, LLC
Saldo em 31 de dezembro de 2019	52.481	137.946
Equivalência patrimonial	(11.840)	(14.083)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	12.458
Alocação do ágio	-	(101.985)
	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2020	40.641	34.336
	=====	=====

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Imóveis para renda			Imóveis para valorização - Montes Claros		Total
	Complexo comercial	Complexo residencial	Terrenos para loteamento	Imóveis Montes Claros	Terreno Montes Claros	
	SGA (1)	SGA (2)	(3)	(5)	(6) (a)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	306.236	45.034	36.112	53.776	89.226	530.384
Adições	275	-	-	-	-	275
Baixas	-	-	(1.939)	-	-	(1.939)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 30 de junho de 2021	306.511	45.034	34.173	53.776	89.226	528.720
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis para renda			Imóveis para valorização - Montes Claros		Total
	Complexo comercial	Complexo residencial	Terrenos para loteamento	Imóveis Montes Claros	Terreno Montes Claros	
	SGA (1)	SGA (2)	(3)	(5)	(6) (a)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	301.550	44.974	36.066	60.240	86.110	528.940
Adições	592	-	-	-	-	592
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 30 de junho de 2020	302.142	44.974	36.066	60.240	86.110	529.532
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(a) Saldos mantidos pela controladora no valor total de R\$138.917 (R\$138.917 em 31 de dezembro de 2020), considerando o Imóvel Vinhedo (vide item (4) abaixo) no valor de R\$49.691 (R\$49.691 em 31 de dezembro de 2020) apresentado na rubrica imobilizado nas demonstrações consolidadas. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias.

As avaliações são efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não

afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

1) Complexo comercial SGA: Trata-se de um complexo comercial de 319,7 mil m², da controlada indireta CSA, denominado Centro Comercial Seridó, onde 122,2 mil m² já foram desenvolvidos e arrendados. No primeiro semestre de 2021, os valores de receita por arrendamento foram de R\$5.334 (R\$4.085 no primeiro semestre de 2020).

Com a destinação deste imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico diverso das operações têxteis da Companhia, foi transferido seu valor residual, antes registrado como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos, nos respectivos anos de desocupação.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	110.837	110.562
Mais valia apurada (a)	195.674	195.674
	-----	-----
Valor justo (b)	306.511	306.236
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$66.529 (R\$66.529 em 31 de dezembro de 2020). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

2) Complexo residencial SGA: Em 2018, a controlada indireta CSA disponibilizou área no município de São Gonçalo do Amarante – RN contendo 520 mil m² para início de empreendimento habitacional. Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	93	93
Mais valia apurada (a)	44.941	44.941
	-----	-----
Valor justo (b)	45.034	45.034
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$15.280 (R\$15.280 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

3) Terrenos para loteamento: Em 2018, a controlada indireta Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. A controlada prevê ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda.

Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica “Propriedades para investimento”, avaliados ao valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	1.253	1.272
Mais valia apurada (a)	32.920	34.840
	-----	-----
Valor justo (b)	34.173	36.112
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$2.215 (R\$2.341 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

4) Imóvel Vinhedo: Em 2018, a Companhia adquiriu um imóvel na cidade de Vinhedo - SP, com 51 mil metros quadrados, onde estão localizados o centro de distribuição e o setor administrativo de sua controlada indireta AMMO.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	25.137	25.137
Mais valia apurada (a)	24.554	24.554
	-----	-----
Valor justo (b)	49.691	49.691
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$8.349 (R\$8.349 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

5) Imóveis Montes Claros (controlada indireta): Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento pela controlada indireta CSA e são assim compostos:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Terreno e edificações (antiga MECA) (44.402 m ²)	30.304	30.304
Terreno da ESURB atrás da CODEVASF (2.770 m ²)	4.240	4.240
Terreno da ESURB Bairro Santa Rita II (11.700 m ²)	4.752	4.752
Terreno região nova Prefeitura (72.491 m ²)	14.480	14.480
	-----	-----
Total	53.776	53.776
	=====	=====
Custo residual dos imóveis	39.860	39.860
Mais valia apurada (a)	13.916	13.916
	-----	-----
Valor justo (b)	53.776	53.776
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$4.731 (R\$4.731 em 31 de dezembro 2020). Vide nota explicativa nº 21.b.1 às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

6) Imóveis Montes Claros (controladora): A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros - MG, com 214 mil metros quadrados de sua coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados. Com o direcionamento destes imóveis para renda, os terrenos foram registrados na rubrica “Propriedades para investimento” naquela data, a valor justo.

Os valores apurados foram os seguintes:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Custo residual do imóvel	50.310	50.310
Mais valia apurada	38.916	38.916
	-----	-----
Valor justo	89.226	89.226
	=====	=====

O valor justo foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2020. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis. O efeito dos impostos no valor de R\$10.268 (R\$10.268 em 31 de dezembro de 2020) estão registrados na rubrica de impostos diferidos. Vide nota explicativa nº 21.b às demonstrações contábeis intermediárias.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (*) %	30.06.2021		31.12.2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	2,9	57.388	(22.386)	35.002	34.295
Edifícios	2,5	408.626	(191.536)	217.090	213.935
Instalações	6,7	274.247	(196.126)	78.121	63.030
Máquinas e equipamentos	7,4	1.322.645	(1.017.024)	305.621	322.355
Usinas	3,8	58.088	(33.152)	24.936	25.697
Móveis, utensílios e outros	5,9	201.550	(115.549)	86.001	87.680
Obras em andamento	-	101.573	-	101.573	141.168
		-----	-----	-----	-----
		2.424.117	(1.575.773)	848.344	888.160
Propriedade de uso por controlada indireta (**)		49.691	-	49.691	49.691
		-----	-----	-----	-----
		2.473.808	(1.575.773)	898.035	937.851
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(**) Vide nota explicativa nº 10.4 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, inclusive com os impactos do COVID-19, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros (1)	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	34.295	213.935	63.030	322.355	25.697	87.680	141.168	888.160
Adições	1.306	137	170	5.567	247	5.225	11.285	23.937
Baixas líquidas	(502)	(5.166)	(785)	(4.759)	-	(10.781)	(446)	(22.439)
Transferências								
- Imobilizado	176	12.213	20.190	6.429	-	9.874	(48.882)	-
- Imobilizado disponível para venda	-	-	(15)	(691)	-	-	-	(706)
Variação cambial	578	688	204	698	-	(41)	(1.552)	575
Depreciação do período	(851)	(4.717)	(4.673)	(23.978)	(1.008)	(5.956)	-	(41.183)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2021	35.002	217.090	78.121	305.621	24.936	86.001	101.573	848.344
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usinas	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (2)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	33.073	219.017	64.476	307.599	27.640	21.874	114.487	788.166
Adições	533	4	532	21.825	60	832	20.978	44.764
Baixas líquidas	(205)	(6)	(256)	(383)	-	(250)	(451)	(1.551)
Transferências								
- Imobilizado	-	496	957	16.525	-	299	(18.277)	-
- Peças de reposição	-	-	-	5.863	-	-	-	5.863
Variação cambial	2.389	2.899	1.084	3.032	-	129	14.657	24.190
Depreciação do período	(853)	(4.700)	(4.516)	(23.260)	(997)	(2.973)	-	(37.299)
Saldo em 30 de junho de 2020	34.937	217.710	62.277	331.201	26.703	19.911	131.394	824.133

(1) Inclui aeronave no valor líquido de R\$64.550 (R\$66.929, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2020), adquirida em setembro de 2020 pela Companhia. Pagamento realizado, em parte, através de arrendamento realizado com a SFG Equipment Leasing, considerado como arrendamento financeiro no valor de R\$39.089. Vide nota explicativa nº 14.a.

(2) Obras em andamento correspondem principalmente à modernização de máquinas e equipamentos.

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ativo imobilizado, considerando fluxo de caixa para o período de 5 anos. Em 30 de junho de 2021, o ativo imobilizado está deduzido de provisão para perda no valor de R\$4.793 (R\$4.793 em 31 de dezembro de 2020).

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de possível realização, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	31.12.2020	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferência do imobilizado	30.06.2021
Custo	453.232	-	(1.998)	(16.232)	2.754	437.756
Depreciação	(388.593)	(236)	1.946	14.076	(2.048)	(374.855)
Provisão para perda	(47.914)	-	-	1.621	-	(46.293)
	16.725	(236)	(52)	(535)	706	16.608

	31.12.2019	Adições	Baixas	Varição cambial	30.06.2020
Custo	396.489	157	(53.647)	120.524	463.523
Depreciação	(334.561)	(243)	40.055	(104.360)	(399.109)
Provisão para perda	(37.507)	-	1.264	(12.048)	(48.291)
	-----	-----	-----	-----	-----
	24.421	(86)	(12.328)	4.116	16.123
	=====	=====	=====	=====	=====

12. DIREITOS DE USO E ARRENDAMENTOS FINANCEIROS A RECEBER

A composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (2) % a.a.	Consolidado			
		30.06.2021		31.12.2020	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis (CSA e CTS – uso próprio)	40,7	2.602	(2.124)	478	826
Imóvel – fábrica (Guarani – uso próprio)	11,7	10.263	(1.794)	8.469	9.419
Imóveis (SGUS – uso próprio)	8,3	44.404	(9.251)	35.153	38.442
Imóveis – lojas (AMMO – uso próprio)	25,4	94.231	(35.650)	58.581	56.091
Veículos	50,5	3.005	(2.221)	784	559
Propriedades para investimentos (1)		86.800	-	86.800	92.644
		-----	-----	-----	-----
Total de direito de uso		241.305	(51.040)	190.265	197.981
Arrendamentos financeiros a receber (1)		105.816	-	105.816	112.889
		-----	-----	-----	-----
		347.121	(51.040)	296.081	310.870
		=====	=====	=====	=====

(1) Imóveis arrendados, e subarrendados em parte, pela controlada indireta SGUS.

(2) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação consolidada dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Propriedades para investimento	Arrendamentos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	826	9.419	38.442	56.091	559	92.644	112.889	310.870
Varição cambial	-	(310)	(1.295)	-	-	(3.284)	(4.006)	(8.895)
Adições (1)	-	-	-	12.585	720	-	-	13.305
Baixas (2)	-	-	-	(1.344)	-	-	-	(1.344)
Amortização do período	(348)	(640)	(1.994)	(8.751)	(495)	-	-	(12.228)
Encargos	-	-	-	-	-	4.987	5.792	10.779
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(7.547)	(8.859)	(16.406)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2021	478	8.469	35.153	58.581	784	86.800	105.816	296.081
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	Imóveis	Imóvel – fábrica	Imóveis – SGUS	Imóveis – lojas	Veículos	Proprieda- des para investimento	Arrendamen- tos financeiros a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.666	-	32.798	42.836	731	71.168	91.719	240.918
Varição cambial	-	2.432	11.603	-	-	25.624	32.677	72.336
Adições (1)	8	8.749	-	10.068	71	-	-	18.896
Baixas (2)	-	-	-	(3.267)	-	-	-	(3.267)
Amortização do período	(455)	(635)	(1.868)	(7.842)	(357)	-	-	(11.157)
Encargos	-	-	-	-	-	4.706	5.691	10.397
Subarrendamentos recebidos	-	-	-	-	-	(3.992)	(8.216)	(12.208)
Saldo em 30 de junho de 2020	1.219	10.546	42.533	41.795	445	97.506	121.871	315.915

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

Os valores a receber decorrentes do subarrendamento dos imóveis em seus valores contratados são como segue:

Ano	Arrendamentos financeiros a receber	
	30.06.2021	31.12.2020
2021	8.261	17.124
2022	16.662	17.310
2023	16.853	17.508
2024 em diante	124.037	128.860
	165.813	180.802
Ajuste a valor presente	(59.997)	(67.913)
	105.816	112.889
Circulante	(15.707)	(16.230)
	90.109	96.659

Os valores registrados como arrendamento financeiro possui uma expectativa de cumprimento dos contratos de longo prazo com os subarrendatários e também, para alguns imóveis, uma expectativa de ocupação por algum período de vacância que são atualizados e avaliados anualmente. Em 30 de junho de 2021, a controlada indireta SGUS não possuía inadimplências com os contratos vigentes de subarrendamento.

13. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Ágio na aquisição da AMMO (1)	27.303	27.303
Marcas – próprias (3)	16.267	16.267
Marcas – licença de uso (4)	9.653	9.559
Propriedade intelectual (5)	16.465	18.933
Pontos comerciais (luvas) (6)	25.077	25.077
Outros	11	12
Total	94.776	97.151

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis foi como segue:

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Marcas - próprias (3)	Marcas - licença de uso (4)	Propriedade intelectual (5)	Pontos comerciais (6)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	27.303	16.267	9.559	18.933	25.077	12	97.151
Amortização	-	-	(494)	(2.468)	-	(1)	(2.963)
Variação cambial	-	-	588	-	-	-	588
Saldo em 30 de junho de 2021	27.303	16.267	9.653	16.465	25.077	11	94.776

	Ágio na aquisição da AMMO (1)	Ágio na aquisição da Keeco (2)	Marcas - próprias (3)	Marcas - licença de uso (4)	Propriedade intelectual (5)	Pontos comerciais (6)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.303	-	16.267	8.388	15.387	25.357	14	92.716
Transferência (alocação do ágio)	-	101.985	-	-	-	-	-	101.985
Adições	-	-	-	-	2.644	-	-	2.644
Baixas	-	-	-	-	-	(2.370)	-	(2.370)
Amortização	-	-	-	(451)	(1.762)	-	(1)	(2.214)
Variação cambial	-	34.277	-	2.578	-	-	-	36.855
Ajuste da provisão para perdas com ativos (2)	-	(42.936)	-	-	-	-	-	(42.936)
Saldo em 30 de junho de 2020	27.303	93.326	16.267	10.515	16.269	22.987	13	186.680

(1) Ágio na aquisição da AMMO: Ágio decorrente de investimento na AMMO.

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade deste ágio, utilizando, para tanto, práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de sua unidade que possui ágio alocado. A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade do ágio, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2020 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa da controlada indireta AMMO, inclusive com os impactos do COVID-19, a controlada indireta CSA não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação do ágio registrado.

(2) Ágio na aquisição da Keeco: Ágio decorrente de investimento na Keeco Holdings, LLC.

Em 15 de março de 2019, a controlada indireta SGUS passou a deter participação na Keeco Holdings, LLC, que combinou suas operações com as operações adquiridas da SGUS naquela data.

No primeiro trimestre de 2020, o investimento na coligada Keeco foi fortemente afetado pela pandemia do COVID-19 e, dado às novas projeções de resultados recebidas pela Companhia, foi necessário fazer provisão para perda no valor de R\$42.936 ou US\$8.259.

No 4º trimestre de 2020, a controlada indireta SGUS disponibilizou para venda o investimento na Keeco. Os valores do investimento e do ágio foram reclassificados para a rubrica “Ativos mantidos para venda” e, o resultado da provisão para perda foi classificado como operações descontinuadas.

(3) Marcas – próprias: As marcas próprias estão registradas ao custo de aquisição, possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizadas.

(4) Marcas – licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

(5) Propriedade intelectual: Refere-se à software desenvolvido para unificação dos canais de venda no varejo (lojas físicas e E-commerce), e é amortizado em 5 anos.

(6) Pontos comerciais (luvas): Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição dos respectivos pontos de vendas deduzidos de provisão para perda no valor de R\$6.574 (R\$6.574 em 31 de dezembro de 2020), baseado em seus valores de mercado determinados por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

Os itens de (3) a (5) acima são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade. A Companhia não identificou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos nesses intangíveis.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Controladora	
				30.06.2021	31.12.2020
Moeda nacional:					
Banco Votorantim S.A.	R\$	2,5 + CDI	2021	81.237	81.065
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	6,5 + CDI	2021	5.017	12.543
Banco Fibra S.A. - CCB	R\$	115,0 do CDI	2022	40.681	40.096
Caixa Econômica Federal	R\$	180,0 do CDI	2023	20.992	26.696
Outros	R\$	-	2021	488	543
				-----	-----
				148.415	160.943
Moeda estrangeira:					
Banco Industrial do Brasil S.A.-PPE/ACE	US\$	7,7	2022	20.599	21.326
SP Investidor IV, LLC	US\$	13,0	2023	109.689	104.632
SFG Equipment Leasing (a)	US\$	3,8	2029	33.097	35.956
				-----	-----
				163.385	161.914
Total				311.800	322.857
Circulante				(188.010)	(154.586)
Não circulante				-----	-----
				123.790	168.271
				=====	=====

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				30.06.2021	31.12.2020
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (b)	R\$	130,0 a 294,0 do CDI	2023	384.317	419.253
Bradesco S.A.	R\$	6,1 + CDI	2024	15.059	17.543
Banco Votorantim S.A.	R\$	2,5 + CDI	2021	81.237	81.065
Banco BBM S.A. - CCB	R\$	149,0/150,5 do CDI e 3,9/7,0 + CDI	2024	23.636	34.604
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,9 + CDI	2024	86.487	100.300
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	6,5 a 7,5 + CDI	2022	30.526	47.669
Banco Fibra S.A. - CCB	R\$	115,0 do CDI	2022	40.681	40.096
Banco Fibra S.A. - CCE	R\$	15,8	2022	818	819
Banco do Brasil S.A. - CDC	R\$	7,3 a 11,9	2022	73.266	75.289
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	28	35
Banco Safra S.A.	R\$	6,8 e 7,4 + CDI	2024	68.513	69.094
Caixa Econômica Federal (c)	R\$	166,3 e 180,0 do CDI	2023	45.460	58.552
Banco Daycoval S.A.	R\$	5,2 a 9,0 + CDI	2024	51.758	47.030
Banco Pine S.A.	R\$	7,8 a 8,7 + CDI	2022	21.036	17.611
Banco Sofisa S.A.	R\$	6,7 e 6,8 + CDI	2024	30.220	30.187
Banco Industrial do Brasil S.A.	R\$	6,8 e 7,7 + CDI	2022	20.565	1.255
Banco BTG Pactual S.A. (d)	R\$	12,5 e 13,9	2023	38.642	36.885
Banco Santander S.A. (e)	R\$	3,5 e 4,7+ CDI	2021	26.161	55.228
Banco ABC Brasil S.A. - CCB	R\$	3,9 + CDI	2024	20.011	20.008
Financiadora de Estudos e Projetos	R\$	4,4	2025	19.117	19.101
Outros	R\$	-	2023	22.726	10.514
				-----	-----
				1.100.264	1.182.138
Moeda estrangeira:					
Banco Patagônia	\$ARG	30,0	2021	531	1.194
Banco Luso Brasileiro S.A.	US\$	9,5	2021	5.079	10.019
Banco do Brasil S.A.	US\$	5,0 e 5,1	2021	36.469	37.859
Banco Industrial do Brasil S.A.- PPE/ACE	US\$	7,7 a 8,0	2022	20.599	21.326
Banco Pine S.A.	US\$	9,5	2021	-	10.471
Banco Safra S.A.	US\$	5,7	2021	16.226	16.410
SP Investidor IV, LLC	US\$	13,0	2023	109.689	104.632
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	US\$	8,0	2021	35.762	44.096
SFG Equipment Leasing (a)	US\$	3,8	2029	33.097	35.956
				-----	-----
				257.452	281.963
				-----	-----
Total				1.357.716	1.464.101
Circulante				(872.173)	(866.943)
				-----	-----
Não circulante				485.543	597.158
				=====	=====

(a) Empréstimo obtido pela controladora para financiamento de compra de ativo imobilizado na modalidade de arrendamento mercantil financeiro.

(b) Inclui empréstimos da controlada indireta CSA (R\$361.712 em 30 de junho de 2021 e R\$382.011 em 31 de dezembro de 2020), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes a partir de 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(c) Inclui empréstimo da controlada SGPSA (R\$14.917 em 30 de junho de 2021 e R\$18.971 em 31 de dezembro de 2020), com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(d) Empréstimo da controlada indireta CSA, com cláusulas de vencimento antecipado, onde a controlada indireta CSA comprometeu-se a cumprir o seguinte índice financeiro: razão entre Dívida Líquida e EBITDA, de no máximo 3,0 vezes em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

(e) Empréstimos da controlada indireta CSA, com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas anuais: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,0 vezes; (ii) razão entre Dívida Financeira Líquida e Patrimônio Líquido no máximo 0,7 vezes; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

Os termos utilizados para descrever os índices financeiros descritos nos itens (c), (d), (e) e (f) acima, têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, gravados em 1º grau; (ii) fiança da Companhia; e (iii) por duplicatas a receber.

Os vencimentos dos empréstimos consolidados são como segue:

	2022		2023	2024 a 2029	Total	
	2021	Curto prazo				Longo prazo
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A.	148.101	73.067	54.299	108.850	-	384.317
Bradesco S.A.	2.717	2.468	2.468	4.936	2.470	15.059
Banco Votorantim S.A.	81.237	-	-	-	-	81.237
Banco BBM S.A. - CCB	4.192	3.334	3.334	6.666	6.110	23.636
Banco ABC do Brasil S.A.	8.654	16.678	16.678	33.357	11.120	86.487
Banco Fibra S.A. - CCE	22.609	7.917	-	-	-	30.526
Banco Fibra S.A. - CCB	-	40.681	-	-	-	40.681
Banco Fibra S.A. - CCE	9	809	-	-	-	818
Banco do Brasil S.A. - CDC	51.320	21.946	-	-	-	73.266
BNDES (Finame)	7	5	7	9	-	28
Banco Safra S.A.	52.322	2.858	3.096	5.714	4.523	68.513
Caixa Econômica Federal	14.624	13.843	10.474	6.519	-	45.460
Banco Daycoval S.A.	10.639	14.235	11.147	14.626	1.111	51.758
Banco Pine S.A.	13.392	6.044	1.600	-	-	21.036
Banco Sofisa S.A.	10.775	3.334	3.334	6.666	6.111	30.220
Banco Industrial do Brasil S.A.	11.020	8.182	1.363	-	-	20.565
Banco BTG Pactual S.A.	14.321	11.500	11.024	1.797	-	38.642
Banco Santander S.A.	26.161	-	-	-	-	26.161
Banco ABC Brasil S.A. - CCB	678	4.000	3.999	8.000	3.334	20.011
Financiadora de Estudos e Projetos	432	2.385	2.385	4.771	9.144	19.117
Outros	22.282	205	205	34	-	22.726
	495.492	233.491	125.413	201.945	43.923	1.100.264
Moeda estrangeira:						
Banco Patagônia	531	-	-	-	-	531
Banco Luso Brasileiro S.A.	5.079	-	-	-	-	5.079
Banco do Brasil S.A.	36.469	-	-	-	-	36.469
Banco Industrial do Brasil S.A. - PPE/ACE	10.595	-	10.004	-	-	20.599
Banco Safra S.A.	16.226	-	-	-	-	16.226
SP Investidor IV, LLC	35.415	-	40.325	33.949	-	109.689
ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.	35.762	-	-	-	-	35.762
SFG Equipment Leasing	1.540	1.573	1.599	3.295	25.090	33.097
	141.617	1.573	51.928	37.244	25.090	257.452
Total	637.109	235.064	177.341	239.189	69.013	1.357.716

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	30.06.2021			30.06.2020
	Empréstimos	Debêntures	Total	Total
Saldo no início do período	1.464.101	91.085	1.555.186	1.532.152
Novas captações ou renovações	153.427	-	153.427	423.430
Juros provisionados	56.107	3.146	59.253	62.081
Amortização de principal	(262.671)	(2.000)	(264.671)	(527.504)
Pagamento de juros	(46.130)	(6.630)	(52.760)	(51.957)
Variação cambial	(9.153)	-	(9.153)	102.680
Encargos antecipados, líquidos	2.035	133	2.168	4.321
	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do período	1.357.716	85.734	1.443.450	1.545.203
	=====	=====	=====	=====

15. DEBÊNTURES

Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada indireta CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas e modificadas em 14 de maio de 2020.

Características da 4ª série de Debêntures	fevereiro/2018	maio/2020
Quantidade de debêntures emitidas	150.000	87.500
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais	1 parcela
Vencimento inicial	19/05/2018	-
Vencimento final	19/02/2021	19/02/2021 (*)
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.	100% do CDI + 4,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais	1 parcela em 19/02/2021
Garantias	(1)	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)	(2)

(*) Vencimento prorrogado para 19/08/2021. Em 5 de agosto de 2021 as debêntures foram liquidadas (vide nota 31 – Eventos Subsequentes, às demonstrações contábeis intermediárias).

Em 14 de maio de 2020, os Debenturistas reunidos em assembleia geral, deliberaram por: (i) alterar a Remuneração das debêntures, mediante a alteração da sobretaxa spread de 2,75% a.a. para spread de 4,75% a.a.; (ii) alterar a periodicidade de pagamento da remuneração das debêntures para um pagamento único na data do vencimento; e (iii) alterar a periodicidade de pagamento da amortização do valor nominal unitário das debêntures, para um pagamento único na data do vencimento. As alterações e aprovações dos debenturistas foram refletidas na respectiva Escritura.

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis daquela controlada indireta, referidos na nota explicativa nº 10.2 às demonstrações contábeis intermediárias, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A. e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas usuais de vencimento antecipado sem compromisso pela manutenção de índices financeiros.

Os saldos das debêntures, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, eram assim compostos:

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Valor original	85.500	87.500
Encargos antecipados	-	(132)
Juros provisionados	234	3.717
	-----	-----
Total das debêntures	85.734	91.085
	=====	=====

16. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020
Mercado interno	294.105	223.891
Mercado externo	24.718	25.463
	-----	-----
	318.823	249.354
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 77 dias (65 dias em 31 de dezembro de 2020).

17. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	10.016	958.390	1.560.800
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a controlada indireta CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros na contratação da concessão, atualizada pelo IGP-M. As movimentações ocorridas nos saldos da concessão, são como segue:

	Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
Saldo inicial	80.868	65.983
Apropriação das parcelas da outorga	2.755	2.124
Pagamentos	(11.770)	(10.949)
Juros (7,5% a.a.)	12.044	8.683
Variação monetária (IGPM)	9.396	2.756
	-----	-----
	93.293	68.597
Circulante	(31.946)	(23.357)
	-----	-----
Não circulante	61.347	45.240
	=====	=====

Os valores apresentados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 30 de junho de 2021, somam R\$16.054 (R\$16.772 em 31 de dezembro de 2020) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antônio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Vencimentos	Consolidado	
		30.06.2021	31.12.2020
Imóveis	2024	528	898
Imóvel - fábrica	2028	9.092	9.877
SGUS (*)	2030	249.425	266.286
Imóveis - lojas	2025	61.997	60.833
Veículos	2023	811	580
		-----	-----
		321.853	338.474
Circulante		(60.971)	(61.922)
		-----	-----
Não circulante		260.882	276.552
		=====	=====

(*) Passivo correspondente aos ativos de direito de uso classificados como: (i) Imóveis - SGUS; (ii) Propriedades para investimento; e (iii) Arrendamentos financeiros a receber. Vide nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta os lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos ao valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos. A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento para lojas somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de

avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento (variam entre 9% e 10% ao ano).

Os vencimentos dos arrendamentos consolidados são como segue:

	2021	2022		2023	2024 a 2030	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Imóveis	338	42	42	84	70	576
Imóvel - fábrica	869	869	869	1.739	7.969	12.315
SGUS	19.895	20.731	20.056	40.359	291.826	392.867
Imóveis - lojas	10.976	9.754	9.171	17.547	27.096	74.544
Veículos	466	229	151	9	-	855
Total bruto	32.544	31.625	30.289	59.738	326.961	481.157
Ajuste a valor presente	(842)	(2.356)	(3.627)	(10.891)	(141.588)	(159.304)
Total a pagar	31.702	29.269	26.662	48.847	185.373	321.853

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.06.2021					30.06.2020	
	Imóveis	Imóvel - fábrica	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	898	9.877	266.286	60.833	580	338.474	264.744
Adições (1)	-	-	-	12.585	720	13.305	18.896
Baixas (2)	-	-	-	(1.475)	-	(1.475)	(3.492)
Encargos	36	460	13.929	2.376	53	16.854	17.509
Pagamentos	(406)	(904)	(21.356)	(10.342)	(542)	(33.550)	(26.923)
Renegociações (3)	-	-	-	(1.980)	-	(1.980)	(4.158)
Variação cambial	-	(341)	(9.434)	-	-	(9.775)	79.747
Outros	-	-	-	-	-	-	(149)
Saldo no final do período	528	9.092	249.425	61.997	811	321.853	346.174

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

(2) Contratos de aluguel encerrados antecipadamente.

(3) Em função da pandemia da COVID-19, a controlada indireta AMMO renegociou os aluguéis de algumas lojas junto aos arrendadores, obtendo isenção ou redução do valor do aluguel mínimo referente aos meses em que as lojas estiveram fechadas, atendendo as orientações de cada município. De acordo com a revisão do CPC 06 (R2), a controlada indireta AMMO adotou o expediente prático, e ajustou os passivos dos arrendamentos no valor das reduções obtidas.

Os efeitos no resultado em 30 de junho de 2021 e 2020 são como segue:

	30.06.2021					30.06.2020	
	Imóveis	Imóvel - fábrica	SGUS	Imóveis - lojas	Veículos	Consolidado	Consolidado
Arrendamentos pagos no período	406	904	21.356	10.342	542	33.550	26.923
PIS e COFINS recuperado	-	-	-	(956)	-	(956)	(830)
Renegociações	-	-	-	1.980	-	1.980	4.158
Amortização de direitos de uso	(348)	(640)	(1.994)	(8.751)	(495)	(12.228)	(11.157)
PIS e COFINS sobre amortização	-	-	-	752	-	752	590
Encargos, líquidos	(36)	(460)	(3.150)	(2.376)	(53)	(6.075)	(7.112)
PIS e COFINS sobre juros	-	-	-	204	-	204	240
Baixas, líquidas	-	-	-	131	-	131	225
Subarrendamentos recebidos	-	-	(16.406)	-	-	(16.406)	(12.208)
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	22	(196)	(194)	1.326	(6)	952	829

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está representado como segue:

	Nº de ações	
	30.06.2021	31.12.2020
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	30.636.457	30.636.457

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2020 e 30 de junho de 2021.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Consolidado			
	A receber		A pagar	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Innotex International Ltd.	14.830	15.258	-	-
Holtex, Inc.	1.710	1.777	-	-
Empr. Nac. Com. R�dito e Particip. S.A. - ENCORPAR	61.003	58.794	-	-
Wembley S.A.	34.215	10.358	-	-
	-----	-----	-----	-----
	111.758	86.187	-	-
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros (consolidado)	
	30.06.2021	30.06.2020
	Wembley S.A.	2.546
Empr. Nac. Com. R�dito e Particip. S.A. - ENCORPAR	2.835	2.563
JAGS - Jos� Alencar Gomes da Silva	388	202
Innotex International Ltd.	155	185
Seda S.A.	135	76
Encorpar Empr. Imob. Ltda.	(154)	(84)
Econorte - Empr. Constr. Norte de Minas Ltda.	1	1
Seda, Inc.	335	396
Companhia Tropical de Alimentos e Participa�es	56	666
Holtex, Inc.	19	-
	-----	-----
	6.316	6.889
	=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condi es equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

Em Reunião do Conselho de Administra o da controlada SGPSA, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pela Companhia sobre empréstimos e financiamentos tomados pela controlada SGPSA e suas controladas. Em 30 de junho de 2021, o valor de R\$7.339 estava contabilizado, sendo R\$2.936 na rubrica "Outros contas a pagar" no passivo circulante (R\$3.380 em 31 de dezembro de 2020) e R\$4.403 na rubrica "Outras obriga es" no passivo não circulante (R\$5.871 em 31 de dezembro de 2020), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. No primeiro semestre de 2021, foi apropriado o valor de R\$1.912 como receita financeira na rubrica "Receitas financeiras" (R\$2.418 no primeiro semestre de 2020). Esses valores são eliminados nas demonstra es consolidadas.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa ligada, e a controlada Santanense possuem contrato de loca o do imóvel onde se situam os escritórios da controlada. No primeiro semestre de 2021, foram efetuados pagamentos no valor de R\$289 (R\$255 no primeiro semestre de 2020).

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administra o estão destacados nas demonstra es do resultado, sob a rubrica "Honorários da administra o" e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego, quando aplicáveis.

Os saldos dos honorários da administração estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Conselheiros (Companhia)	667	664	667	664
Conselheiros (Controladas)	-	-	883	840
Diretores estatutários (Companhia)	568	579	568	579
Diretores estatutários (Controladas)	-	-	2.325	2.360
Outros diretores (controladas)	-	-	4.552	3.748
	-----	-----	-----	-----
	1.235	1.243	8.995	8.191
	=====	=====	=====	=====

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	30.06.2021					
	CTNM Controladora	Oxford Consolidado	CSA Consolidado	SGUS	Outros (1)	CTNM Consolidado
Resultado antes dos impostos	(48.102)	27.121	(61.327)	(9.210)	23.526	(67.992)
Equivalência patrimonial	27.944	-	-	-	(28.374)	(430)
Subvenção para investimentos	-	-	(23.521)	-	-	(23.521)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(976)	-	(976)
Outros	28	(8)	(94)	-	-	(74)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(20.130)	27.113	(84.942)	(10.186)	(4.848)	(92.993)
Alíquota de 34%	6.844	(9.218)	28.880	3.464	1.648	31.618
Créditos fiscais não constituídos	(5.440)	20	(21.829)	(3.626)	(2.153)	(33.028)
Outros	-	(59)	(138)	-	14	(183)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	1.404	(9.257)	6.913	(162)	(491)	(1.593)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas						
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(7.756)	(143)	(162)	(491)	(8.552)
Impostos sobre o lucro – diferido	1.404	(1.501)	7.056	-	-	6.959
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	1.404	(9.257)	6.913	(162)	(491)	(1.593)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

30.06.2020

	CTNM	Oxford	CSA		Outros	CTNM
	Controladora	Consolidado	Consolidado	SGUS	(1)	Consolidado
Resultado antes dos impostos	(156.258)	(5.192)	(133.996)	(67.648)	146.497	(216.597)
Equivalência patrimonial (2)	157.203	3	-	14.083	(145.366)	25.923
Subvenção para investimentos	-	(3.685)	(9.899)	-	-	(13.584)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(1.182)	-	(1.182)
Outros	74	117	321	-	-	512
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	1.019	(8.757)	(143.574)	(54.747)	1.131	(204.928)
Alíquota de 34%	(346)	2.977	48.815	18.614	(384)	69.676
Créditos fiscais não constituídos	(8.586)	183	(48.948)	(18.614)	384	(75.581)
Provisão para perdas de ativos fiscais	-	-	-	(69.707)	-	(69.707)
Outros	-	9	4	(151)	-	(138)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(8.932)	3.169	(129)	(69.858)	-	(75.750)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Operações continuadas						
Impostos sobre o lucro – corrente	-	(474)	(129)	(151)	-	(754)
Impostos sobre o lucro – diferido	(8.932)	3.643	-	(69.707)	-	(74.996)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(8.932)	3.169	(129)	(69.858)	-	(75.750)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Inclui efeito cambial de controladas no exterior, resultado de controladas não operacionais e eliminações para a consolidação.

(2) Inclui resultado antes dos impostos de operações descontinuadas. Vide notas explicativas nº 29 às demonstrações contábeis intermediárias.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2020	Reconhecidos no			Saldos em 30.06.2021	
		Resultado	Patrimônio Líquido	Variação cambial		Outros
Ativo:						
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	3.454	(471)	-	-	-	2.983
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	1.214	-	-	-	-	1.214
Diferenças temporárias (CSA - Argentina) (1) (a)	388	-	-	-	(60)	328
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	16.783	-	-	-	-	16.783
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS - EUA) (2) (a)	16.059	-	-	(601)	-	15.458
Diferenças temporárias (AMMO - Brasil) (1) (a)	421	-	-	-	(167)	254
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA - Brasil) (a)	1.905	-	-	-	-	1.905
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (a) (*)	2.052	95	-	-	-	2.147
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3) (a) (*)	23.832	(3.291)	-	-	-	20.541
Reclassificações para apresentação de balanço (a) (*)	(24.519)	-	-	-	2.864	(21.655)
	48.756	(3.667)	-	(601)	2.637	47.125
Passivo:						
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(9.156)	316	-	-	-	(8.840)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	-	(426)
Propriedades para investimento (Companhia) (p)	(18.617)	-	-	-	-	(18.617)
Diferenças temporárias (Companhia) (p)	(14.464)	1.559	-	-	-	(12.905)
Diferenças temporárias (Companhia - Argentina) (p)	(67)	-	-	-	11	(56)
Propriedades para investimento (CSA - Brasil) (1) (p)	(86.540)	-	-	-	-	(86.540)
Correção monetária (CSA - Argentina) (1) (p)	(6.103)	-	-	939	-	(5.164)
Propriedades para investimento (Santanense) (3) (p)	(2.345)	60	-	-	70	(2.215)
Diferenças temporárias (CSA - Brasil) (1) (p)	(16.349)	7.056	-	-	-	(9.293)
Diferenças temporárias (Santanense) (3) (p)	(24.519)	1.635	-	-	1.229	(21.655)
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)
Reclassificações para apresentação de balanço (p) (*)	24.519	-	-	-	(2.864)	21.655
	(158.690)	10.626	-	939	(1.554)	(148.679)
Total de impostos diferidos, líquido	(109.934)	6.959	-	338	1.083	(101.554)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	20.138	(3.196)	-	(601)	2.637	18.978
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(130.072)	10.155	-	939	(1.554)	(120.532)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Reclassificações efetuadas para apresentação de balanço.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía R\$274.173 em prejuízos fiscais (R\$263.179 em 31 de dezembro de 2020) e R\$288.511 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$277.499 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Consolidado CSA		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais (*)	
2021	3.766	(3.766)	-
A partir de 2023	13.599	10.933	24.532
	-----	-----	-----
	17.365	7.167	24.532
	=====	=====	=====

(*) Inclui compensação de impostos pagos na Argentina.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2021, a controlada indireta CSA possuía R\$1.044.845 em prejuízos fiscais (R\$1.003.472 em 31 de dezembro de 2020) e R\$1.051.019 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$1.009.600 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias. Em 30 de junho de 2021, a controlada indireta AMMO possuía R\$369.486 em prejuízos fiscais (R\$335.239 em 31 de dezembro de 2020) e R\$367.947 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$335.268 em 31 de dezembro de 2020).

Impostos diferidos (passivo) – propriedades para investimento:

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimento. Vide nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis intermediárias.

	Imóveis para renda São Gonçalo		Imóveis para valorização Montes Claros (10.5)	Total
	Complexo comercial (10.1)	Complexo residencial (10.2)		
Valor justo	306.511	45.034	53.776	405.321
Total do custo residual	(110.837)	(93)	(39.860)	(150.790)
	-----	-----	-----	-----
Mais valia apurada	195.674	44.941	13.916	254.531
	-----	-----	-----	-----
Imposto de renda e contribuição social a pagar sobre mais valia (34%)	66.529	15.280	4.731	86.540
	=====	=====	=====	=====

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

A controlada indireta SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Com base na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada indireta SGUS possui saldo de impostos diferidos ativos, em 30 de junho de 2021, no valor de R\$15.458 (R\$16.059 em 31 de dezembro de 2020). A redução dos impostos diferidos no primeiro semestre de 2021 deve-se ao impacto da variação cambial. A atualização das projeções considera as receitas e despesas da controlada SGUS para os próximos 10 anos.

Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos. A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 30 de junho de 2021, é como segue:

Ano	Controlada indireta SGUS
2021	15.458 =====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2021 a 2034.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2021, a controlada indireta SGUS possui saldo de R\$1.168.465 em prejuízos fiscais (R\$1.213.899 em 31 de dezembro de 2020), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta Santanense:

A Santanense, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações.

Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2021	2.147	16	2.163
2022	-	754	754
2023	-	2.501	2.501
2024	-	2.899	2.899
A partir de 2025	-	14.371	14.371
	----- 2.147 =====	----- 20.541 =====	----- 22.688 =====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	2	-	29.015	28.340
Imposto de renda e contribuição social antecipados	4.226	2.869	19.171	16.347
PIS e COFINS a recuperar (*)	61.645	67.312	221.586	268.637
INSS a recuperar	-	-	65	27
IVA/ingressos brutos – Argentina	-	-	6.899	4.355
IPI a recuperar	-	-	83	83
Imposto sobre o lucro líquido - ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
IPTU a compensar	-	-	11.213	10.901
Outros impostos a recuperar	-	-	186	635
	-----	-----	-----	-----
Ativo circulante	71.214 (11.854)	75.522 (10.622)	293.559 (103.372)	334.666 (84.570)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	59.360 =====	64.900 =====	190.187 =====	250.096 =====

(*) Inclui créditos por compras e os montantes relacionados aos créditos gerados pela exclusão de ICMS na base de PIS e COFINS.

22. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$41.976, R\$153.805 e R\$3.962, respectivamente (R\$43.077, R\$154.399 e R\$3.683, respectivamente em 31 de dezembro de 2020). Os principais processos tributários correspondem a autos de infrações referentes a: (i) importações de insumos sob o regime de Drawback (R\$7.559); (ii) apuração de crédito presumido FAIN (R\$5.871); (iii) isenção de IPI por ex-tarifário (R\$3.160); e (iv) indeferimento parcial de compensações de créditos presumidos de IPI e IPI sobre desembaraço aduaneiro de aeronave (R\$2.651). Os principais processos cíveis referem-se a mandado de segurança impetrado contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no valor correspondente a R\$38.701, que objetiva o afastamento de possíveis ônus financeiros decorrentes de decisões judiciais que determinam o rateio de prejuízos entre as geradoras de energia. Ações Anulatórias com pedido de Liminar visando cancelar algumas “Dações em pagamento” de diversos imóveis, em razão das dívidas geradas pela não entrega de algodão em valor correspondente a R\$105.368 e arresto de algodão em pluma correspondente a R\$5.768. Os principais processos trabalhistas correspondem a reclamações trabalhistas de ex-funcionários e terceiros.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Processos fiscais:				
INSS	232	232	825	825
IPI bandeira estrangeira	2.893	2.893	2.893	2.893
Outras	981	981	2.165	2.166
Trabalhistas	-	-	8.960	9.852
Cíveis e outras	6.260	6.726	9.651	10.614
	-----	-----	-----	-----
	10.366	10.832	24.494	26.350
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	9.224	9.224	24.895	25.551
	=====	=====	=====	=====

INSS - Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

IPI Bandeira Estrangeira - A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas - A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis - A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) - A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2020	Adições	Baixas	Varição cambial	Saldos em 30.06.2021
Processos fiscais:					
INSS	825	-	-	-	825
IPI Bandeira Estrangeira	2.893	-	-	-	2.893
Outras	2.166	-	(1)	-	2.165
Trabalhistas	9.852	771	(1.521)	(142)	8.960
Cíveis e outras	10.614	16	(803)	(176)	9.651
	-----	-----	-----	-----	-----
	26.350	787	(2.325)	(318)	24.494
	=====	=====	=====	=====	=====

23. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 30 de junho de 2021 e 2020:

	<u>30.06.2021</u>	<u>30.06.2020</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	937	705
Custo dos juros, líquido	1.388	1.937
	-----	-----
Custo líquido do benefício	2.325	2.642
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 40% em investimentos de renda variável e 60% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisão para plano de pensão	133.442	142.019
Outras provisões de benefícios a funcionários	1.513	2.893
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	134.955	144.912
Circulante (a)	(12.714)	(13.209)
	-----	-----
Não circulante	122.241	131.703
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	279	1.075	187.077	185.467
Títulos e valores mobiliários (c)	-	-	21.297	28.164
Duplicatas a receber	-	-	579.002	622.027
Valores retidos	-	-	-	20.787
Valores a receber - venda de investimento (c)	35.415	33.783	35.415	33.783
Outros créditos a receber	1.877	995	58.593	27.967
Títulos e valores mobiliários (nc)	2.374	2.353	5.970	5.917
Valores a receber – clientes	-	-	22.538	25.171
Valores a receber - venda de investimento (nc)	74.274	70.849	74.274	70.849
Partes relacionadas	231.463	211.426	111.758	86.187
Depósitos judiciais	9.224	9.224	24.895	25.551
Outros créditos e valores a receber	240	240	53.229	69.173
PASSIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	188.010	154.586	872.173	866.943
Debêntures	-	-	85.734	91.085
Fornecedores	1.937	623	318.823	249.354
Concessões governamentais (c)	-	-	31.946	27.658
Outras contas a pagar	5.246	5.691	104.093	64.366
Empréstimos e financiamentos (nc)	123.790	168.271	485.543	597.158
Concessões governamentais (nc)	-	-	61.347	53.210
Partes relacionadas	286.781	235.396	-	-
Outras obrigações	5.794	7.700	91.752	44.095
(c) circulante				
(nc) não circulante				

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao “valor justo por meio de resultado”, todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao “Custo Amortizado”. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto. No primeiro semestre de 2021, a controlada SGPSA registrou um ganho de R\$1.269.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

Instrumentos financeiros	30.06.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	18.916	8.529
Duplicatas a receber	71.673	50.163
Valores a receber - venda investimento	109.689	104.632
Fornecedores	(10.360)	(11.108)
Empréstimos e financiamentos	(256.921)	(280.769)
Partes relacionadas	126.092	131.955
	-----	-----
Total da exposição em Reais	59.089	3.402
	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	11.813	655
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 30 de junho de 2021 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Baixa do Dólar	(5.594)	(1.092)	6.179	13.449
2022	Baixa do Dólar	23.083	8.500	(22.491)	(53.482)
2023	Baixa do Dólar	(659)	(435)	497	1.430
2024	Baixa do Dólar	(684)	(725)	311	1.347
2025	Baixa do Dólar	(711)	(1.050)	101	1.252
2026	Baixa do Dólar	(738)	(1.411)	(135)	1.140
2027	Baixa do Dólar	(767)	(1.832)	(415)	1.001
2028	Baixa do Dólar	(796)	(2.330)	(752)	826
2029	Baixa do Dólar	(1.321)	(4.398)	(1.647)	1.104
		-----	-----	-----	-----
		11.813	(4.773)	(18.352)	(31.933)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 14 e 20. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros.

d.5.1 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--São classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica "Despesas financeiras - juros sobre empréstimos". Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

d.5.2 - Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	30.06.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	137.500	474	(1.730)	136.244	163.068
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2023	137.500	474	(1.730)	136.244	163.068
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: março/2022	33.750	171	-	33.921	55.875
Contrato de empréstimo -- Juros: 294,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: março/2022	22.500	105	-	22.605	37.242
Contrato de empréstimo -- Juros: 208,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: agosto/2021	55.000	303	-	55.303	-
(referência à nota explicativa nº 14)				384.317	419.253
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,1% Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: abril/2024	14.809	250	-	15.059	17.543
(referência à nota explicativa nº 14)				15.059	17.543
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,5% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: agosto/2021	40.000	637	-	40.637	40.581

Descrição	30.06.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,5% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: setembro/2021	20.000	326	-	20.326	20.272
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 2,5% Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: setembro/2021	20.000	274	-	20.274	20.212
(referência à nota explicativa nº 14)				81.237	81.065
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: junho/2021	-	-	-	-	6.729
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	139	-	-	139	1.485
Contrato de empréstimo -- Juros: 150,5% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: julho/2021	444	2	-	446	3.258
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	3.000	1	-	3.001	3.001
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2024	10.000	36	-	10.036	10.008
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BBM S.A. Vencimento: novembro/2024	10.000	14	-	10.014	10.123
(referência à nota explicativa nº 14)				23.636	34.604
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCB Vencimento: abril/2024	11.736	42	-	11.778	13.670
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	10.611	40	-	10.651	12.360
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	12.127	45	-	12.172	14.125
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	13.643	51	-	13.694	15.892
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	12.127	45	-	12.172	14.053

Descrição	30.06.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	6.482	22	-	6.504	7.550
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	6.482	22	-	6.504	7.550
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: abril/2024	6.482	22	-	6.504	7.550
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: abril/2024	6.482	26	-	6.508	7.550
(referência à nota explicativa nº 14)				86.487	100.300
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: abril/2022	16.667	61	-	16.728	20.075
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2022	8.750	31	-	8.781	15.051
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: outubro/2021	5.000	17	-	5.017	12.543
(referência à nota explicativa nº 14)				30.526	47.669
Contrato de empréstimo -- Juros: 115,0 do CDI Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: janeiro/2022	39.000	1.681	-	40.681	40.096
(referência à nota explicativa nº 14)				40.681	40.096
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: setembro/2021	5.000	-	-	5.000	5.021
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: novembro/2021	40.000	356	-	40.356	40.003
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: agosto/2021	4.000	69	-	4.069	4.029
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. – CCB Vencimento: outubro/2024	9.524	20	-	9.544	10.022

Descrição	30.06.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: outubro/2024	9.524	20	-	9.544	10.019
(referência à nota explicativa nº 14)				68.513	69.094
Contrato de empréstimo -- Juros: 180% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: abril/2023	20.961	31	-	20.992	26.696
Contrato de empréstimo -- Juros: 180,0% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal – CCB Vencimento: abril/2023	14.896	21	-	14.917	18.971
Contrato de empréstimo -- Juros: 166,3% do CDI Contraparte: Caixa Econômica Federal Vencimento: julho/2022	9.722	43	(214)	9.551	12.885
(referência à nota explicativa nº 14)				45.460	58.552
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	10.484	152	-	10.636	12.988
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2023	11.393	165	-	11.558	12.831
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: julho/2022	8.031	46	-	8.077	11.174
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,1% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2024	9.444	41	-	9.485	10.037
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Daycoval S.A. Vencimento: abril/2023	12.002	-	-	12.002	-
(referência à nota explicativa nº 14)				51.758	47.030
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: março/2021	-	-	-	-	653
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: fevereiro/2021	-	-	-	-	504
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2022	4.800	17	-	4.817	6.417

Descrição	30.06.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,8% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: novembro/2021	2.778	2	-	2.780	5.005
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: dezembro/2021	3.334	24	-	3.358	5.032
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,7% Contraparte: Banco Pine S.A. Vencimento: abril/2022	10.000	81	-	10.081	-
(referência à nota explicativa nº 14)				21.036	17.611
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: setembro/2021	10.000	84	-	10.084	10.073
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	10.000	69	-	10.069	10.058
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	10.000	67	-	10.067	10.056
(referência à nota explicativa nº 14)				30.220	30.187
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5,2% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: março/2021	-	-	-	-	1.255
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,8% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2021	5.556	3	-	5.559	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,7% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: julho/2022	15.000	6	-	15.006	-
(referência à nota explicativa nº 14)				20.565	1.255
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,5% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: outubro/2021	14.464	81	-	14.545	32.012
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,7% Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: dezembro/2021	11.568	48	-	11.616	23.216
(referência à nota explicativa nº 14)				26.161	55.228
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCE Vencimento: maio/2024	10.000	6	-	10.006	10.003

Descrição	30.06.2021			31.12.2020	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A Vencimento: maio/2024	10.000	5	-	10.005	10.005
(referência à nota explicativa nº 14)				20.011	20.008
Debêntures 4ª série -- Juros: CDI + 4,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: agosto/2021	85.500	234	-	85.734	91.085
(referência à nota explicativa nº 15)				85.734	91.085
	1.028.212	6.863	(3.674)	1.031.401	1.130.580

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de junho de 2021, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2021	Alta do CDI	928.195	27.351	37.891	43.585
2022	Alta do CDI	438.548	29.384	52.152	60.693
2023	Alta do CDI	165.180	10.935	21.149	24.534
2024	Alta do CDI	21.398	1.280	2.090	2.355
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa e aos títulos e valores mobiliários. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez-- A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Em 30 de junho de 2021, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	311.800	322.857	1.357.716	1.464.101
Debêntures	-	-	85.734	91.085
Caixa e equivalentes de caixa	(279)	(1.075)	(187.077)	(185.467)
Títulos e valores mobiliários	(2.374)	(2.353)	(27.267)	(34.081)
Total da dívida líquida	309.147	319.429	1.229.106	1.335.638
Total do patrimônio líquido	789.501	833.696	1.425.370	1.490.639
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.098.648	1.153.125	2.654.476	2.826.277
Total da dívida líquida	309.147	319.429	1.229.106	1.335.638
Valores retidos	-	-	-	(20.787)
Valores vinculados a empréstimos (*)	(109.689)	(104.632)	(109.689)	(104.632)
Total da dívida líquida após valores retidos	199.458	214.797	1.119.417	1.210.219

(*) Refere-se aos valores a receber sobre a venda de investimento, vinculados ao empréstimo com a SP Investidor IV, LLC. Vide notas explicativas nº 8 e nº 14 às demonstrações contábeis intermediárias.

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem três segmentos operacionais distintos: "Atacado", "Varejo" e "Brins".

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas indiretas AMMO e C7S possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, venda multicanal, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos ("Brins") utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	30.06.2021 (operações continuadas)				
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	555,9	238,6	307,2	-	1.101,7
Custo dos produtos vendidos	(387,2)	(108,7)	(261,2)	-	(757,1)
Lucro bruto	168,7	129,9	46,0	-	344,6
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(121,8)	(114,4)	(33,3)	(17,6)	(287,1)
Equivalência patrimonial	-	-	-	0,4	0,4
Outros	(4,6)	0,2	27,5	(2,2)	20,9
Resultado operacional	42,3	15,7	40,2	(19,4)	78,8
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	-	(144,4)	(144,4)
Variação cambial	-	-	-	(2,4)	(2,4)
Resultado antes dos impostos	42,3	15,7	40,2	(166,2)	(68,0)
Depreciação e amortização	32,7	12,2	6,3	4,7	55,9
	=====	=====	=====	=====	=====
	30.06.2020 (operações continuadas)				
	Atacado	Varejo	Brins	(*) Outros não alocáveis	Total
Receita operacional líquida	375,4	173,9	209,5	-	758,8
Custo dos produtos vendidos	(273,8)	(84,2)	(171,1)	-	(529,1)
Lucro bruto	101,6	89,7	38,4	-	229,7
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(98,2)	(95,5)	(29,1)	(13,5)	(236,3)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(11,8)	(11,8)
Outros	(11,7)	1,9	(3,8)	3,0	(10,6)
Resultado operacional	(8,3)	(3,9)	5,5	(22,3)	(29,0)
Resultado financeiro (sem variação cambial)	-	-	-	(114,4)	(114,4)
Variação cambial	-	-	-	(16,2)	(16,2)
Resultado antes dos impostos	(8,3)	(3,9)	5,5	(152,9)	(159,6)
Depreciação e amortização	31,2	10,8	6,1	2,2	50,3
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, produtos intermediários e varejo.

Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
Vendas Líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	431,1	294,5
Produtos intermediários	432,0	290,4
Varejo	238,6	173,9
	-----	-----
	1.101,7	758,8
	=====	=====
 Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	8,9	8,3
Produtos intermediários	18,8	14,7
	-----	-----
	27,7	23,0
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos nos segmentos Atacado e Brim, em 30 de junho de 2021.

26. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(803.555)	(552.703)
Benefícios a empregados	(210.938)	(178.219)
INSS	(30.061)	(23.593)
Depreciação e amortização	(55.858)	(50.324)
Varição dos estoques de produtos acabados e em processo	56.243	39.566
Outros custos e despesas	-	(81)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(1.044.169)	(765.354)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
Custo dos produtos vendidos	(757.098)	(529.096)
Vendas	(200.856)	(158.016)
Gerais e administrativas	(77.220)	(70.051)
Honorários da administração	(8.995)	(8.191)
	-----	-----
Total das despesas por função	(1.044.169)	(765.354)
	=====	=====

27. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas		
Vendas de mercadorias, serviços e outros	1.493.804	1.004.409
Deduções das receitas	(392.057)	(245.615)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.101.747	758.794
	=====	=====

28. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	30.06.2021	30.06.2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(46.698)	(135.016)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(30.174)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(46.698)	(165.190)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	30.636.457	30.636.457
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):		
Das operações continuadas	(1,5243)	(4,4070)
Das operações descontinuadas	-	(0,9849)
Total	(1,5243)	(5,3919)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Conforme informado na nota explicativa nº 9.b as demonstrações intermediárias, no 4º trimestre de 2020 a controlada indireta SGUS disponibilizou para venda seu investimento na coligada Keeco Holdings, LLC.

Desta forma, nos termos do CPC 31 e da IFRS 5, os resultados reflexos das operações desta coligada indireta foram apresentados como "Operações descontinuadas" nas demonstrações do resultado para o período findo em 30 de junho de 2020, bem como os ativos das referidas operações estão apresentados no balanço patrimonial como "Ativos mantidos para venda". As demonstrações do resultado abrangente e dos fluxos de caixa, referente ao período findo em 30 de junho de 2020, estão sendo reapresentadas, para fins de comparação, considerando as operações descontinuadas.

O saldo das operações descontinuadas em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	Consolidado		
	31.12.2020	Varição cambial	30.06.2021
ATIVOS			
NÃO CIRCULANTE:			
Investimentos	35.151	(1.316)	33.835
Intangível	88.567	(3.315)	85.252
	-----	-----	-----
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	123.718	(4.631)	119.087
	=====	=====	=====

A controlada indireta SGUS não espera perdas na realização do investimento.

O resultado das operações descontinuadas destacado na demonstração do resultado para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020, está apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
DESPESAS OPERACIONAIS:				
Equivalência patrimonial	-	(30.174)	-	(14.083)
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	(42.936)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO OPERACIONAL	-	(30.174)	-	(57.019)
	-----	-----	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	-	(30.174)	-	(57.019)
	=====	=====	=====	=====

A demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2021	30.06.2020	30.06.2021	30.06.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais descontinuadas:				
Resultado das operações	-	(30.174)	-	(57.019)
Equivalência patrimonial	-	30.174	-	14.083
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	42.936
	-----	-----	-----	-----
Total do caixa gerado pelas operações descontinuadas	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

30. EFEITOS RELACIONADOS À PANDEMIA – COVID-19

A Companhia está operando normalmente desde meados de setembro de 2020 e não tem expectativa de perdas na realização de seus ativos e em sua rentabilidade para o próximo período.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

1- OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES – AMMO VAREJO S.A.

Em 28 de julho de 2021, foi apresentado pela controlada indireta AMMO VAREJO S.A., pedido de registro de companhia aberta, assim como da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, a ser realizada em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”) e demais disposições legais aplicáveis, sob a coordenação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, incluindo esforços de colocação das ações no exterior com a observância da regulamentação estrangeira aplicável (“Oferta”).

A Oferta foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da AMMO realizada em 27 de julho de 2021, na qual também foi aprovada a submissão do pedido de adesão da AMMO ao segmento especial de listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Será oportunamente fixada, no âmbito da Oferta, a quantidade e preço das ações objeto da Oferta, incluindo o volume de ações a serem vendidas pela controlada Coteminas S.A. na Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a investidores institucionais, a ser realizado no Brasil e no exterior, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400 (bookbuilding).

A Oferta está sujeita a condições usualmente aplicadas a operações dessa natureza, incluindo a concessão dos registros pertinentes pela CVM, condições de mercado e aprovações societárias da AMMO e da Coteminas S.A., na qualidade de acionista vendedora.

2- EMISSÃO DE NOVA DEBÊNTURE

Em 26 de julho de 2021, a Coteminas S.A. realizou emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real do imóvel de São Gonçalo do Amarante e aval da sua controladora SGPSA, no valor total de R\$ 160 milhões, com prazo de 10 anos, com pagamentos mensais de amortização do principal e juros. A emissão não irá alterar a alavancagem financeira da Coteminas S.A. e está em linha com o objetivo de alongamento do seu prazo médio de endividamento.



COTEMINAS
COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2021, emitido nesta data, em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 16 de agosto de 2021.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

João Batista da Cunha Bomfim
Diretor de Relações com Investidores



COTEMINAS
COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2021, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 16 de agosto de 2021.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

João Batista da Cunha Bomfim
Diretor de Relações com Investidores